

Sinopse Normativa Internacional



Junta de Normas de Contabilidade Financeira (FASB)



Kieran McManus

Sócio de Capital Markets & Accounting Advisory Services
PwC Brasil

O FASB emitiu as seguintes *Accounting Standards Updates* (ASU ou Atualização) durante o ano de 2018. Para mais informações, ver site da PwC CFO Direct (<https://www.pwc.com/us/en/cfodirect.html>) ou da PwC Inform (<https://inform.pwc.com>)

ASU 2018-01 — Leases (Topic 842) — Land Easement Practical Expedient For Transition to Topic 842

Vários *stakeholders* perguntaram sobre a aplicação do Tópico 842, relacionado às *land easements*, que também são comumente referidas como direitos de passagem e representam o direito de usar, acessar ou cruzar a propriedade de outra entidade para uma finalidade especificada. Atualmente, há diversidade na prática na contabilização de servidões terrestres.

As emendas nesta Atualização fornecem um expediente prático de transição opcional para não avaliar sob o Tópico 842 servidões terrestres existentes ou expiradas que não foram anteriormente contabilizadas como arrendamentos sob o Tópico 840, Arrendamentos. Uma entidade que elege este expediente prático deve avaliar as *land easements* novas ou modificadas sob o Tópico 842 a partir da data em que a entidade adota o Tópico 842. Uma entidade que não elege este expediente prático deve avaliar todas as *land easements*

existentes ou expiradas em conexão com a adoção dos novos requisitos de locação no Tópico 842 para avaliar se eles atendem à definição de locação.

Esta Atualização é a versão final dos *Proposed Accounting Standards Update 2017-290 — Leases (Topic 842) — Land Easement Practical Expedient for Transition* para o Tópico 842, que foi excluída. As alterações nesta atualização afetam as emendas da atualização 2016-02, que ainda não estão em vigor, mas podem ser adotadas antecipadamente, e o exemplo 10 do Subtópico 350-30. A data efetiva e os requisitos de transição para as alterações são os seguintes: os mesmos requisitos de data e transição de vigência da Atualização 2016-02. A entidade que adotou cedo o Tópico 842 deve aplicar as emendas nesta atualização após a emissão.

ASU 2018-02 — Income Statement — Reporting Comprehensive Income (Topic 220) — Reclassification of Certain Tax Effects From Accumulated Other Comprehensive Income

Em 22 de dezembro de 2017, o governo federal dos EUA promulgou uma lei tributária, HR1, H.R.1, *An Act to Provide for Reconciliation Pursuant to Titles II and V of the Concurrent Resolution on the Budget for Fiscal Year 2018 (Tax Cuts and Jobs Act of 2017)*. Os *stakeholders* levantaram uma questão de relatório financeiro de escopo limitado que surgiu como uma consequência da *Tax Cuts and Job Act of 2017*. As alterações nesta atualização permitem uma reclassificação de outros resultados abrangentes acumulados para lucros acumulados para efeitos fiscais encaixados resultantes das Cortes nos impostos e Lei de Empregos de 2017. As emendas nesta Atualização afetam qualquer entidade que seja obrigada a aplicar as provisões do Tópico 220, Demonstração de Resultados Relativos ao Rendimento Integral, e possua itens de outros resultados abrangentes para os quais os respectivos efeitos fiscais são apresentados em outro rendimento integral, conforme exigido pelo GAAP.

Esta Atualização dos Padrões Contábeis é a versão final da *Proposed Accounting Standards Update 2018-210 — Income Statement — Reporting Comprehensive Income (Topic 220)*, que foi eliminada. Esta Atualização é válida para todas as entidades em exercícios fiscais iniciados após 15 de dezembro de 2018 e períodos intermediários dentro desses exercícios fiscais. A adoção antecipada das emendas nesta Atualização é permitida, incluindo adoção em qualquer período intermediário, (1) para entidades de negócio público para períodos de relatório para os quais as demonstrações contábeis ainda não foram emitidas e (2) para todas as outras entidades por períodos de relatório para os quais as demonstrações financeiras ainda não foram disponibilizadas para emissão.

As alterações nesta atualização devem ser aplicadas no período de adoção ou retrospectivamente a cada período (ou períodos) em que o efeito da alteração na alíquota do imposto de renda federal dos EUA na Lei de Cortes e Empregos de Imposto seja reconhecido.

ASU 2018-03 — Technical Corrections and Improvements to Financial Instruments — Overall (Subtopic 825-10) — Recognition and Measurement of Financial Assets and Financial Liabilities

Esta atualização divulga a atualização final dos ASU 2018-03 — *Technical Corrections and Improvements to Financial Instruments — Overall (Subtopic 825-10) — Recognition and Measurement of Financial Assets and Financial Liabilities*. Esta atualização é a versão final da proposta de atualização dos padrões contábeis 2017-300, que foi excluída.

Esta atualização dos padrões contábeis é a versão final da atualização dos *Proposed Accounting Standards Update 2017-300 — Technical Corrections and Improvements to Recently Issued Standards — Accounting Standards Update No. 2016-01, Financial Instruments — Overall (Subtopic 825-10): Recognition and Measurement of Financial Assets and Financial Liabilities*, que foi eliminada.

Esta atualização entrou em vigor para exercícios fiscais iniciados após 15 de dezembro de 2017 e períodos intermediários dentro dos exercícios iniciados após 15 de junho de 2018. As entidades públicas com início de exercício entre 15 de dezembro de 2017 e 15 de junho de 2018 não precisam adotar estas alterações até o período intermediário iniciado após 15 de junho de 2018, e as entidades de negócios públicos com exercícios iniciados entre 15 de junho de 2018 e 15 de dezembro de 2018 não são obrigadas a adotar essas alterações antes de adotar as alterações na Atualização 2016-01. Para todas as outras entidades, a data efetiva é a mesma que a data efetiva na Atualização 2016-01. Todas as entidades podem adotar antecipadamente essas alterações para exercícios fiscais iniciados após 15 de dezembro de 2017, incluindo períodos intermediários dentro desses exercícios, desde que adotem a Atualização 2016-01.

ASU 2018-04 — Investments — Debt Securities (Topic 320) and Regulated Operations (Topic 980) — Amendments to SEC Paragraphs Pursuant to SEC Staff Accounting Bulletin No. 117 and SEC release No. 33-9273

Esta atualização dos padrões contábeis substitui os parágrafos da SEC conforme o *SEC Staff Accounting Bulletin* No. 117, que traz as diretrizes existentes em conformidade com o *Topic 321, Investments — Equity Securities* e *SEC Release No. 33-9273*, que removeu a *Regulation S-X Rule 3A-05, Special Requirements*, das *Public Utility Holding Companies*.

A vigência desta atualização é válida a partir da emissão deste documento.

ASU 2018-05 — Income Taxes (Topic 740) — Amendments to SEC Paragraphs Pursuant to SEC Staff Accounting Bulletin No. 118

Esta atualização dos padrões contábeis acrescenta os parágrafos da SEC de acordo com o *SEC Staff Accounting Bulletin* No. 118, que expressa a opinião do órgão com relação à aplicação do Tópico 740, *Impostos sobre a Renda*, no período de relatório que inclui 22 de dezembro de 2017 – a data em que o *Tax Cuts and Jobs Act (H.R. 1, An Act to Provide for Reconciliation Pursuant to Titles II and V of the Concurrent Resolution on the Budget for Fiscal Year 2018)* foi sancionado.

ASU 2018-06 — Codification Improvements to Topic 942, Financial Services — Depository and Lending

Esta atualização dos padrões contábeis substitui a orientação desatualizada relacionada ao *Office of the Comptroller of the Currency's Banking Circular 202, Accounting for Net Deferred Tax Charges*. Esta atualização dos padrões contábeis é a versão final da *Proposed Accounting Standards Update 2017-260 — Technical Corrections and Improvements to Topic 942, Financial Services — Depository and Lending — Elimination of Certain Guidance for Bad Debt Reserves of Savings and Loans*, que foi eliminada.

A vigência desta atualização é válida a partir da emissão deste documento.

ASU 2018-07 — Compensation — Stock Compensation (Topic 718) — Improvements to Nonemployee Share-Based Payment Accounting

As alterações nesta atualização expandem o escopo do Tópico 718 para incluir transações de pagamento com base em ações para aquisição de bens e serviços de não funcionários. Esta Atualização dos Padrões Contábeis é a versão final da *Proposed Accounting Standards Update 2017-220 — Compensation — Stock Compensation (Topic 718) — Improvements to Nonemployee Share-Based Payment Accounting*, que foi eliminada.

A vigência desta atualização para entidades de empresas públicas é a partir dos exercícios fiscais iniciados após 15 de dezembro de 2018, incluindo períodos intermediários dentro desse exercício fiscal. Para todas as outras entidades, as alterações entrarão em vigor para exercícios iniciados após 15 de dezembro de 2019 e períodos intermediários dentro dos anos fiscais iniciados após 15 de dezembro de 2020. A adoção antecipada é permitida, mas não antes da data de adoção da entidade do Tópico 606.

ASU 2018-08 — Not-for-Profit Entities (Topic 958) — Clarifying the Scope and the Accounting Guidance for Contributions Received and Contributions Made

O FASB publicou esta atualização para esclarecer e melhorar o escopo e a orientação contábil das contribuições recebidas e das contribuições feitas. As alterações nesta atualização devem ajudar as entidades a (1) avaliar se as transações devem ser contabilizadas como contribuições (transações não recíprocas) dentro do escopo do *Topic 958, Not-for-Profit Entities* ou como transações de troca (recíprocas) sujeitas a outras orientações e (2) determinar se uma contribuição é condicional.

Esta Atualização dos Padrões Contábeis é a versão final da *Proposed Accounting Standards Update 2017-270 — Not-for-Profit Entities (Topic 958) — Clarifying the Scope and Accounting Guidance for Contributions Received and Contributions Made*, que foram eliminadas.

Uma empresa pública ou uma organização sem fins lucrativos que tenha emitido, ou seja, um fornecedor de obrigações de valores mobiliários negociados, listados ou cotados em bolsa ou mercado de balcão, deve aplicar o novo padrão para transações em que a entidade atua como um receptor de recursos para períodos de relatório anuais iniciados após 15 de junho de 2018, incluindo períodos intermediários dentro desse período anual. Outras organizações devem aplicar a norma aos períodos anuais iniciados após 15 de dezembro de 2018 e aos períodos intermediários dentro dos períodos anuais iniciados após 15 de dezembro de 2019.

Uma empresa pública ou uma organização sem fins lucrativos que tenha emitido, ou seja, um fornecedor de obrigações de valores mobiliários negociados, listados ou cotados em bolsa ou mercado de balcão, deve aplicar o novo padrão para transações em que a entidade atua como provedora de recursos para períodos de relatório anuais iniciados após 15 de dezembro de 2018, incluindo períodos intermediários dentro desse período anual. Outras organizações devem aplicar a norma aos períodos de relatório anuais iniciados após 15 de dezembro de 2019 e aos períodos intermediários dentro dos períodos anuais iniciados após 15 de dezembro de 2020.

A adoção antecipada das alterações nesta ASU é permitida.

ASU 2018-09—Codification Improvements

As alterações nesta atualização representam mudanças para esclarecer a codificação, corrigir a aplicação não intencional da orientação ou fazer pequenas melhorias na codificação que não se espera que tenham um efeito significativo na prática contábil atual ou que criem um custo administrativo significativo para a maioria das entidades. Algumas das alterações tornam a codificação mais fácil de entender e mais fácil de aplicar, eliminando inconsistências, fornecendo os esclarecimentos necessários e melhorando a apresentação da orientação na Codificação.

Esta atualização dos padrões contábeis é a versão final da *Proposed Accounting Standards Update 2017-320 — Codification Improvements*, que foi excluída.

Algumas das alterações nesta atualização não exigem orientação de transição e entrarão em vigor após a emissão desta atualização. No entanto, muitas das alterações nesta atualização têm diretrizes de transição com datas de vigência para períodos anuais iniciados após 15 de dezembro de 2018, para entidades de empresas públicas.

ASU 2018-10 — Codification Improvements to Topic 842, Leases

As alterações nesta atualização afetam as alterações da Atualização 2016-02, que ainda não estão em vigor, mas para as quais a adoção antecipada após a emissão é permitida. Para entidades que adotaram anteriormente o Tópico 842, as emendas entram em vigor após a emissão desta Atualização, e os requisitos de transição são os mesmos do Tópico 842. Para entidades que não adotaram o Tópico 842, os requisitos de data efetiva e transição serão os mesmos, como a data efetiva e requisitos de transição no Tópico 842.

ASU 2018-11 — Leases (Topic 842): Targeted Improvements

Transição - Relatório Comparativo na Adoção

As alterações nesta atualização fornecerão às entidades um método de transição adicional (e opcional) para adotar as novas exigências de arrendamento, permitindo que as entidades apliquem inicialmente os requisitos, reconhecendo um ajuste de efeito cumulativo no saldo de abertura dos lucros acumulados no período de adoção. Consequentemente, os relatórios de uma entidade para os períodos comparativos apresentados nas demonstrações financeiras em que a entidade adota os novos requisitos de arrendamento continuarão a estar de acordo com os GAAP atuais (Tópico 840). Uma entidade que escolha este método de transição adicional (e opcional) deve fornecer as divulgações obrigatórias do Tópico 840 para todos os períodos que continuam de acordo com o Tópico 840. As alterações não alteram os requisitos de divulgação existentes no Tópico 840 (por exemplo, elas não criam requisitos de divulgação provisória que as entidades anteriormente não precisavam fornecer).

Separando Componentes de um Contrato

As alterações nesta atualização fornecem aos locatários um expediente prático, por classe de ativo subjacente, para não separar componentes sem arrendamento do componente de arrendamento associado e, em vez disso, contabilizar esses componentes como um único componente, caso os componentes que não são de outra forma seriam contabilizados sob a nova orientação de receita (Tópico 606) e ambos os itens a seguir são atendidos:

1. O tempo e o padrão de transferência do(s) componente(s) sem contrato(s) e do componente de aluguel associado são os mesmos.
2. O componente de arrendamento, se contabilizado separadamente, seria classificado como arrendamento operacional.

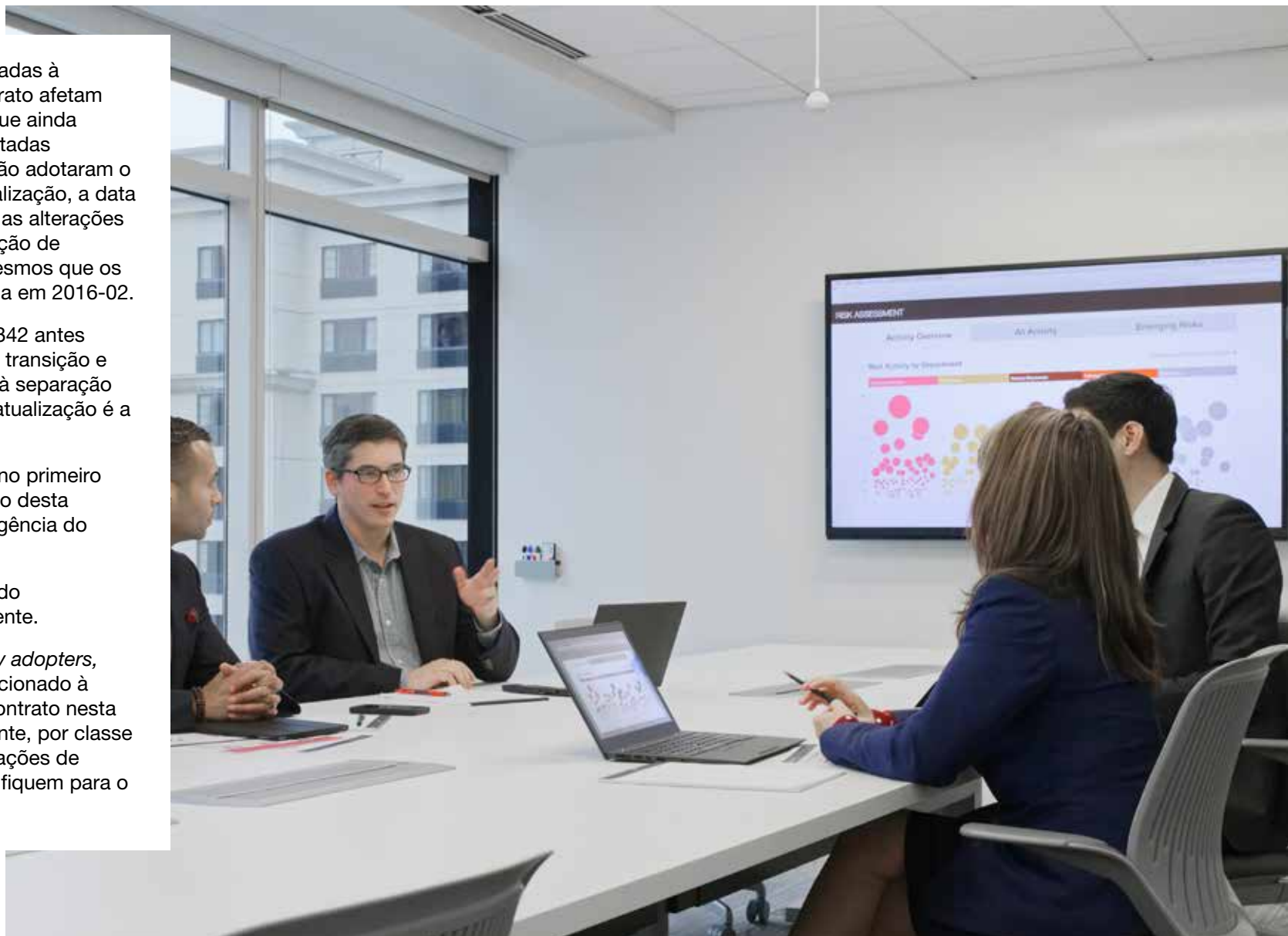
Se o componente de não locação ou os componentes associados ao componente de locação forem o componente predominante do componente combinado, uma entidade deve contabilizar o componente combinado de acordo com o Tópico 606. Caso contrário, a entidade deve contabilizar o componente combinado como uma locação operacional de acordo com o Tópico 842. Além disso, uma entidade que escolha este expediente prático (incluindo uma entidade que contabiliza o componente combinado inteiramente no Tópico 606) é obrigada a fornecer certas divulgações.

Esta Accounting Standards Update é a versão final da Proposed Accounting Standards Update 2018-200 — (Topic 842) — Targeted Improvements, que foi excluída.

As alterações nesta atualização relacionadas à separação de componentes de um contrato afetam as alterações na Atualização 2016-02, que ainda não estão em vigor, mas podem ser adotadas antecipadamente. Para entidades que não adotaram o Tópico 842 antes da emissão desta atualização, a data efetiva e os requisitos de transição para as alterações nesta atualização relacionadas à separação de componentes de um contrato são os mesmos que os requisitos de data e transição de vigência em 2016-02.

Para entidades que adotaram o Tópico 842 antes da emissão desta atualização, a data de transição e efetividade das alterações relacionadas à separação de componentes de um contrato nesta atualização é a seguinte:

- O expediente prático pode ser eleito no primeiro período de divulgação após a emissão desta atualização ou na data de início de vigência do Tópico 842 para essa entidade.
- O expediente prático pode ser aplicado retrospectivamente ou prospectivamente.
- Todas as entidades, incluindo os *early adopters*, que elegem o expediente prático relacionado à separação de componentes de um contrato nesta atualização, devem aplicar o expediente, por classe de ativo subjacente, a todas as transações de arrendamento existentes que se qualifiquem para o expediente na data eleita.



ASU 2018-12 — Financial Services — Insurance (Topic 944): Targeted Improvements to the Accounting for Long-Duration Contracts

As alterações nesta atualização fazem melhorias direcionadas aos requisitos de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação existentes para contratos de longa duração emitidos por uma entidade de seguros. Especificamente, as alterações nesta atualização (1) melhoram a oportunidade de reconhecer mudanças no passivo para benefícios de políticas futuras e modificar a taxa usada para descontar fluxos de caixa futuros, (2) simplificam e melhoram a contabilização de certas opções ou garantias baseadas no mercado, associados a contratos de depósito (ou saldo de conta), (3) simplificam a amortização de custos de aquisição diferidos e (4) melhoram a efetividade das divulgações exigidas.

Esta atualização é a versão final da *Proposed Accounting Standards Update 2016-330 — Financial Services — Insurance (Topic 944) — Targeted Improvements to the Accounting for Long-Duration Contracts*, que foi excluída.

Para entidades de empresas públicas, as alterações nesta Atualização são efetivas para exercícios fiscais e períodos intermediários dentro desses exercícios fiscais iniciados após 15 de dezembro de 2020. Para todas as outras entidades, as alterações são efetivas para exercícios fiscais iniciados após 15 de dezembro de 2021 e períodos intermediários dentro dos anos fiscais iniciados após 15 de dezembro de 2022. A aplicação antecipada das emendas é permitida.

ASU 2018-13 — Fair Value Measurement (Topic 820) — Disclosure Framework — Changes to the Disclosure Requirements for Fair Value Measurement

O *Board* emitiu as emendas nesta atualização para melhorar a eficácia das divulgações de mensuração do valor justo. As alterações nesta atualização modificam os requisitos de divulgação das mensurações do valor justo no Tópico 820, *Fair Value Measurement, com base nos conceitos da FASB Concepts Statement, Conceptual Framework for Financial Reporting — Chapter 8: Notes to Financial Statements*, incluindo a consideração de custos e benefícios.

Esta *Accounting Standards Update* é a versão final da *Proposed Accounting Standards Update 2015-350 — Fair Value Measurement (Topic 820) — Disclosure Framework — Changes to the Disclosure Requirements for Fair Value Measurements*, que foi eliminada.

Esta atualização será efetiva para todas as entidades em exercícios fiscais e períodos intermediários dentro desses exercícios fiscais iniciados após 15 de dezembro de 2019. As alterações nas variações de ganhos e perdas não realizados, a faixa e a média ponderada dos dados não observáveis significativos usados para desenvolver as mensurações de valor justo Nível 3, e a descrição narrativa da incerteza de medição devem ser aplicadas prospectivamente apenas para o período interino ou anual mais recente apresentado no ano fiscal inicial de adoção.

Todas as outras alterações devem ser aplicadas retrospectivamente a todos os períodos apresentados na data efetiva. A adoção antecipada é permitida mediante a emissão desta atualização. Uma entidade tem permissão para adotar antecipadamente quaisquer divulgações removidas ou modificadas mediante a emissão desta atualização e adiar a adoção das divulgações adicionais até a data efetiva.

ASU 2018-14 — Compensation — Retirement Benefits — Defined Benefit Plans — General (Subtopic 715-20) — Disclosure Framework — Changes to the Disclosure Requirements for Defined Benefit Plans

O Subtópico 715-20 aborda a divulgação de outros requisitos contábeis e de prestação de contas relacionados a planos de pensão de benefício definido com um único empregador ou outros planos de benefícios pós-aposentadoria.

As alterações nesta atualização removem divulgações que não são mais consideradas custo-benefício, esclarecem os requisitos específicos das divulgações e incluem requisitos de divulgação identificados como relevantes. Embora de âmbito restrito, as alterações são consideradas uma parte importante dos esforços do *Board* para melhorar a eficácia das divulgações nas notas às demonstrações financeiras aplicando conceitos na *FASB Concepts Statement, Conceptual Framework for Financial Reporting — Chapter 8: Notes to Financial Statements*. As emendas nesta atualização se aplicam a todos os empregadores que patrocinam planos de pensão de benefícios definidos ou outros planos pós-aposentadoria.

Esta *Accounting Standards Update* é a versão final da *Proposed Accounting Standards Update 2016 – 210 — Compensation — Retirement Benefits — Defined Benefit Plans — General (Subtopic 715-20) — Changes to the Disclosure Requirements for Defined Benefit Plans*, que foi eliminada.

Esta atualização entrará em vigor para exercícios fiscais encerrados após 15 de dezembro de 2020, para entidades de empresas públicas. Para todas as outras entidades, entrará em vigor para exercícios fiscais encerrados após 15 de dezembro de 2021. A adoção antecipada é permitida para todas as entidades. Uma entidade deve aplicar as emendas nesta atualização retrospectivamente a todos os períodos apresentados.

ASU 2018-15—Intangibles—Goodwill and Other—Internal-Use Software (Subtopic 350-40): Customer’s Accounting for Implementation Costs Incurred in a Cloud Computing Arrangement That is a Service Contract

As alterações desta atualização alinham os requisitos para capitalizar os custos de implementação incorridos em um acordo de hospedagem que é um contrato de serviço com os requisitos para capitalizar os custos de implementação incorridos para desenvolver ou obter *software* de uso interno (e organizar hospedagem que inclua uma licença de *software* de uso interno). Consequentemente, as alterações exigem que uma entidade (cliente) em um acordo de hospedagem que seja um contrato de serviço siga a orientação no Subtópico 350-40 para determinar quais custos de implementação capitalizam como um ativo relacionado ao contrato de serviço e quais custos são gastos.

As alterações também exigem que a entidade (cliente) lance os custos de implementação capitalizados de um acordo de hospedagem que seja um contrato de serviço durante o prazo do acordo de hospedagem, o que inclui certas renovações.

Esta *Accounting Standards Update* é a versão final do *Proposed Accounting Standards Update 2018–230 — Intangibles — Goodwill and Other — Internal-Use Software (Subtopic 350-40): Customer’s Accounting for Implementation Costs Incurred in a Cloud Computing Arrangement That Is a Service Contract*, que foi eliminado.

Esta atualização entrará em vigor para entidades de empresas públicas para exercícios fiscais iniciados após 15 de dezembro de 2019 e períodos intermediários dentro desses exercícios fiscais. Para todas as outras entidades, as alterações nesta Atualização são efetivas para períodos anuais iniciados após 15 de dezembro de 2020 e períodos intermediários dentro dos períodos anuais iniciados após 15 de dezembro de 2021. A adoção antecipada das emendas nesta Atualização é permitida, incluindo a adoção em qualquer período intermediário, para todas as entidades. As alterações nesta atualização devem ser aplicadas retrospectiva ou prospectivamente a todos os custos de implementação incorridos após a data de adoção.